

FONTE : FSPCLASS. : YARDI-1DATA : 08 02 90PG. : A-2

Ianomami

Fernando Henrique Cardoso

O Brasil é mesmo um país curioso. Eu às vezes escrevo que, entre nós, quando se espera o inevitável ocorre o inesperado.

Não é que agora o governo se joga com toda energia contra os jornalistas franceses que fizeram uma reportagem sobre a morte de uma índia ianomami como se fosse essa a questão principal?

Longe de mim justificar o filme que nunca vi. É provável mesmo que a reportagem seja macabra e que busque o escândalo.

Mas, que escândalo maior pode haver do que a lenta agonia de um povo e de uma cultura que foram "marcados para morrer" pela ganância dos pobres garimpeiros?

Não se diga que a questão é nova e que o governo não sabia. Desde os anos 60 já se garimpava a cassiterita. Nos anos 70, em 1976, no auge da exploração, produziu-se quatrocentas toneladas de cassiterita por mês na área dos Surucucus.

Em 1982, o Ministério do Interior interditou a mineração na área indígena e dois anos depois a Funai delimitou a área do Parque Indígena Ianomami.

Entretanto, sob pressão de companhias mineradoras, o governo, em 10/11/83, baixou um decreto polêmico, de nº 88.985, abrindo e disciplinando a mineração mecanizada em áreas indígenas.

Sob o pretexto de combater abertura das terras indígenas às grandes empresas e mesmo a empresas estrangeiras, recomeçou a invasão de garimpeiros a partir de fevereiro de 85. Com idas e vindas, invasões e expulsões, pouco a pouco, não só a área dos Surucucus, mas outras mais (Santa Rosa, Apiáú, Paapiú) foram sendo invadidas e ocupadas.

A reação contra essas invasões também foi grande. A Comissão pela criação do Parque Ianomami, o Movimento Ação pela Cidadania, parlamentares, jornalistas vêm protestando sem cessar. Ainda agora, o Ministério Público, a Justiça e o próprio governo federal tentaram coibir esses abusos.

Não tem sido, entretanto, fácil. Não só porque há um problema social real —o do deslocamento de milhares de pessoas que vivem do garimpo— como porque há toda sorte de interesses políticos envolvidos.

Dá até para entender as dificuldades objetivas que os representantes do governo têm para fazer valer a lei.

Mas não é possível admitir que o país assista a morte lenta de tantos indígenas e de suas culturas sem agir sem trégua para repor os direitos dos índios, nos termos da Constituição. Nem que se admita que o Brasil de hoje atue como os Estados Unidos de ontem que mata-ram os índios e transformaram seus algozes em heróis.

Hoje existe a opinião pública (brasileira e mundial), e ela não compactua com a visão tacanha dos que contrapõem os interesses do "crescimento econômico" e dos invasores aos direitos dos indígenas, sob o pretexto de que estes "dispõem de muita terra" ou de que precisam "integrar-se" ao país.

Mas "integrar-se" a quê? As moléstias venéreas, à tuberculose, à miséria?

Por isso mesmo espanta o esforço do Ministério da Justiça, dando a impressão de querer tapar o sol com a peneira para crucificar os "jornalistas estrangeiros" que teriam sido responsáveis por "omissão de socorro" em vez de atacar de rijo a enorme, está sim, omissão de socorro a todo um povo, a toda uma cultura, que, há dezenas de anos, vem sendo massacrado por pequenos interesses "dos brancos".